

cultura: imagens e representações

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 8 . 2008

e os caminhos percorridos, já em plena democracia, até à adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 1986.

Com efeito, esta obra constitui um excelente instrumento de apoio ao estudo da integração europeia de Portugal. Concorre ainda para um desenvolvimento do espírito crítico e incentiva ao debate sobre temas europeus.

Isabel Maria Freitas Valente
Bolseira de Doutoramento FCT
Investigadora do CEIS20
Membro *Team Europe*

Os Portugueses e os Novos Riscos, de Maria Eduarda Gonçalves (Coord.), Ana Delicado, Cristiana Bastos, Hélder Raposo e Mafalda Domingues, Coleção Estudos e Investigações, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2007.



Recentemente vindo a público, este volume oferece três estudos de caso paradigmáticos – BSE (popularmente conhecida por “Doença das Vacas Loucas”); Impacto da Co-incineração (de resíduos tóxicos em cimenteiras); e a Contaminação com Urânio Empobrecido (também conhecido por “Síndrome dos Balcãs”) – que têm em comum o alarme social que geraram, o estímulo que representa(ra)m para o exercício democrático da cidadania, e, no plano da dinâmica social, o empenhamento, por vezes dramatizado, dos actores envolvidos nas diferentes instâncias: políticas, jurídicas, científicas, mediáticas e de participação pública. Além do histórico de cada dossier, os autores apresentam ainda um conjunto de reflexões sobre quatro grandes proble-

máticas: ciência e avaliação do risco; políticas do risco; participação pública; e representações dos media. A fechar, o tratamento dos resultados de um inquérito – “Os Portugueses e os novos riscos” – acerca do modo como os respondentes consideram e avaliam os “novos riscos” (que também pode ser consultado online no site do OBSERVA, em <<http://observa.iscte.pt/estudo1.php>>).

Os “novos riscos” têm a particularidade de serem tão invisíveis (insuspeitados com base na informação tradicional) quanto altamente perigosos e letais. A sua identificação decorre da emergência de acidentes ou da reacção das entidades ou grupos ameaçados. A prova da nocividade dos perigos em questão requer um saber certificado, uma preparação técnica especializada e, em medidas variáveis, formação científica. Os instrumentos de detecção e de mensuração para os *priões*, e o percurso que seguem na cadeia alimentar (BSE); para as toxinas que se libertam na queima dos resíduos industriais (co-incineração); ou para os níveis de radiação a que são expostos os militares no teatro de operações (síndrome dos Balcãs); e a produção de discursos credíveis acerca dos resultados apurados (relatórios, estudos, pareceres técnico-científicos), atingiram um elevado grau de sofisticação, de densidade metodológica e de erudição científica. Por via dessa acumulação de saberes especializados, do lado dos técnicos, peritos e cientistas, opera-se geralmente uma discriminação epistemológica que tende a desvalorizar as posições e os discursos dos não peritos, menorizando todas as contribuições que não levam a chancela do saber formal certificado. Ressalta do conjunto dos casos narrados que este é um dos primeiros obstáculos a franquear quando um não-cientista, não-perito, não-técnico – um “leigo”, tradução encontrada para *lay people*, termo muito utilizado na literatura de

“risco” – se decide a interpelar as autoridades e a expor os seus pontos de vista.

Os resultados da investigação sugerem uma gradual mudança do *paradigma tecnocrático* (mais amarrado ao “cientismo”) para o *paradigma democrático*, (que leva em linha de conta os contributos oriundos de diversas sensibilidades e racionalidades). Todavia, os casos seleccionados põem ainda em destaque a subsistência de relações “ambivalentes” entre a política e a ciência, designadamente devido ao excessivo condicionamento das formulações com que as instâncias políticas requerem a intervenção das comissões científicas, desde logo, ditando a respectiva composição e valências, (indicando instituições, prazos e delimitando o objecto da pesquisa).

Centrando-se na análise da relação da sociedade com o risco, os autores passam em revista o tratamento mediático consagrado a cada um dos casos, a visibilidade que os temas e os actores adquiriram ao longo do processo, e os artificios retóricos de amplificação (dramatização) ou de minimização que operam nos *massmedia* ao passo que as polémicas se adensam.

Quanto aos resultados do inquérito aplicado em 2003, a identificação livre dos riscos que mais prenderam a atenção dos portugueses é encabeçada por uma preocupação difusa com a “insegurança”, – assaltos, agressões e homicídios – (cerca de 1/5 dos inquiridos); os “riscos ambientais” (16%); os “acidentes de viação” (13,7%); os problemas da “saúde” e da “doença” (9%); a “droga” (7,5%); e o “desemprego” (4%), a que se seguem, com frequências menores e em ordem decrescente, “riscos com crianças”, “problemas sócio-económicos”, “contaminação alimentar”, “guerras/terrorismo”, “terramotos” e “outros acidentes”.

A maioria dos entrevistados (84%) é de opinião que a situação se tem agravado,

estimando que assim se manterá no futuro (71%), ao contrário dos que manifestam uma visão optimista (11%) dos próximos tempos.

O estudo estabelece ainda comparações com resultados de inquéritos anteriores (1997 e 2000), verificando, por exemplo, que, no plano das percepções do risco, o pessimismo se tem vindo a acentuar.

Os estudos acerca do “risco” – da “sociedade do risco”¹, para acompanharmos um dos conceitos fundadores desta fileira de investigações – adquiriram uma importância crescente nos últimos anos, face às exigências da prevenção e avaliação dos impactos negativos que a actividade humana originou com a industrialização, as enormes concentrações urbanas, a guerra e as novas tecnologias. A modernização fez elevar os níveis da ameaça que os novos modos de operar representam para o ambiente e, de acordo com uma espécie de efeito de boomerang, para a vida no planeta. Em Portugal, pelo tardio acesso à democracia e pelo baixo grau de crescimento e desenvolvimento económicos, a exigência dos estudos de impacto ambiental e a adopção de políticas públicas orientadas para a prevenção das agressões ao ambiente, à saúde e à vida, somente nos últimos anos adquiriram alguma visibilidade e audiência, tendo-se verificado, mais recentemente, um desenvolvimento rápido nesta área de estudos, dando lugar a uma grande variedade de perspectivas, e convergindo, algumas, no questionamento do próprio conceito de “risco”, ao conferir percepções, crenças e estratégias utilizadas para interpretar e controlar de situações de risco. Veja-se,

¹ Formulação e quadro conceptual cunhados por BECK, U. – Risk Society: Towards a New Modernity, London, Sage, 1992.

por exemplo, o estudo de Paulo Granjo, “Trabalhamos sobre um barril de pólvora”², na perspectiva da antropologia em ambiente industrial, com base na observação da vivência dos perigos industriais pelos trabalhadores da refinaria de Sines, ou a análise histórica com que Maria de Lurdes Lima revisita o terramoto de Lisboa (1755) estabelecendo paralelismos psico-sociais para dar conta daquilo a que chama a adaptação cognitiva e os modelos da amplificação social do risco³.

Um dos traços distintivos do livro “Os portugueses e os novos riscos”, assenta na abordagem que enquadra os diferentes actores sociais (jornalistas, cientistas, políticos, leigos) as problemáticas, as instituições e as dinâmicas que se articulam em cada um dos casos analisados, na base de uma diligência interdisciplinar que valoriza a participação activa de todos os intervenientes, conferindo as regras gerais do civismo democrático, do desenvolvimento sustentável e de uma interpretação razoável do princípio da precaução.

Trata-se de uma produção literária e científica que sistematiza os nós intrincados das relações e dos enfrentamentos, atenta às flutuações das concepções de conveniência; aos princípios emblemáticos (certeza/incerteza); às divergências que ocorrem entre cientistas; às implicações políticas e partidárias das formulações e posições sustentadas, questionando frequentemente a objectividade e a neutralidade reclamadas quer por cientistas, quer pelos jornalistas, apontando a fragilidade das fronteiras tradicionais que, entre a investigação laboratorial

e produção de pareceres científicos, alegadamente separam o saber científico do saber comum.

A análise das polémicas em apreço recorda-nos que a relação entre desenvolvimento técnico e progresso social não é automática.

A construção sinuosa do “interesse geral” é tanto mais consistente quanto o debate público, a participação activa e crítica de todos os interessados e as coberturas mediáticas se orientam por princípios de boa-fé, do bom senso, do diálogo e da argumentação consistente e informada.

O estudo das polémicas científicas (ou com forte componente científica) revela que o confronto argumentativo tende para a amplificação, alargando o âmbito dos tópicos inicialmente fixados, arrastando para a discussão mais temas, mais questões e mais actores.

Nesse sentido, também nós, ao ler (ou reler) as descrições e análises controversas trabalhadas neste volume, não deixamos de nos sentir, de certo modo, interpelados.

Manuel Correia

Romero Bandeira, *Medicina de Catástrofe – da exemplificação histórica à iatroética*, Porto. Editora da Universidade do Porto, 2008, 319 p.

A obra de Romero Bandeira, *Medicina de Catástrofe – da exemplificação histórica à iatroética*, foi lançada no dia 27 de Maio de 2008, no Salão Nobre do Hospital Militar Regional, e apresentada pelo Prof. Nuno Grande. Tanto o autor como o apresentador da obra dispensam elogios pois a actividade profissional e científica realizadas por ambos ultrapassam os muros da instituição universitária em que foram e são pro-

² GRANJO, Paulo. – *Trabalhamos sobre um barril de pólvora – homens e perigos na refinaria de Sines*, Lisboa, ICS, 2004.

³ LIMA, M. L. – “Tragédia, risco e controlo: uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755”. In: *Análise Social*, vol. XLIII (1º), 2008, p. 7-28.